RELAÇÕES DE TRABALHO E SISTEMA URBANO: UM ESTUDO DOS EFEITOS DA CRISE CAPITALISTA NO MERCADO DE TRABALHO DE MINAS GERAIS

Victor Henrique Lana Pinto
Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* Ouro Preto. victorlana@live.co.uk
Fernando Gomes Braga
Instituto Federal de Minas Gerais – *Campus* Ouro Preto. f.braga@ifmg.edu.br

INTRODUÇÃO

Este artigo integra o projeto de pesquisa *"Crise econômica global e mercado de trabalho: uma análise do emprego formal no Brasil em 2008 e 2009"*, conduzida com recursos do Instituto Federal de Minas Gerais, que tem como objetivo dimensionar e descrever os impactos da crise capitalista sobre o mercado de trabalho brasileiro. A recente crise econômica global, originada no setor imobiliário norte-americano, tem afetado drasticamente a oferta de crédito, a demanda de bens de consumo e, conseqüentemente, a produtividade em todo o mundo. Os efeitos sobre o mercado de trabalho vêm se traduzindo no crescimento do desemprego em vários países, como resultado da retração nos índices de produtividade industrial e consumo. Ao longo dos três últimos anos multiplicaram-se as notícias sobre falências de corporações, ampliação das dívidas externas, desvalorizações monetárias e ondas de demissões. Como resultado tem-se um comprometimento do poder de compra da população, cujos efeitos cíclicos tendem a perpetuar e expandir a depressão econômica.

No caso brasileiro, a despeito das previsões contraditórias, a crise trouxe sérias conseqüências para o mercado de trabalho, aumentando a taxa de desemprego e expandindo os efeitos desta para todos os ramos de atividade e também por extensas áreas do território brasileiro. Mesmo com os bons resultados apresentados pela economia nacional nos últimos anos, o segundo semestre de 2008 foi marcado pelos drásticos efeitos desta recessão, quadro revertido lentamente ao longo do ano de 2009. Neste sentido torna-se fundamental empreender um esforço de conhecimento dos efeitos desta crise e da capacidade de recuperação, segregando a análise pelos setores econômicos mais afetados e compreendendo como as diferentes porções do território brasileiro responderam aos choques provocados pelos desequilíbrios na economia internacional. Neste artigo, propõe-se avaliar esses efeitos a partir de uma análise comparativa dos impactos das demissões sobre a rede urbana de Minas

Gerais, com o objetivo de discutir como os municípios mais ou menos conectados as redes globais respondem de forma diferenciada aos impactos externos das crises capitalistas.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Um dos temas mais debatidos entre os geógrafos que se dedicam a compreensão dos velhos e novos condicionantes da organização social na emergência do que se denomina de alta modernidade, ou pós-modernidade, é o latente conflito entre o local e o global (Giddens, 1991; Santos, 1997, Hissa, 2002). O momento histórico atual, marcadamente definido a partir das grandes reestruturações no campo social, econômico e cultural pós-1945, tem suscitado longos debates sobre as características recentes da expansão capitalista, sob o signo do que alguns autores tendem a denominar de era dos pós-ismos (Hobsbawn, 1995). O uso desta expressão remete a compreensão de que se vive em um momento de transição, cujos marcos fundamentais das organizações institucionais modernas abalam-se frente a novos contextos dinâmicos.

Em lugar da paisagem urbano-industrial característica da modernização dos séculos XIX e XX tem lugar à cidade pós-industrial, marco da desconcentração produtiva e da reconcentração do poder, resultante do que Henri Lefebvre denominava de implosão-explosão, processo no qual se expande o tecido social da lógica urbano-industrial (e seus mecanismos de dominação do espaço) ao mesmo tempo em que se concentram os núcleos de poder (Lefebvre, 2002). No campo econômico nota-se a transição dos modelos de controle baseados na estabilidade dos lastros materiais para a ausência das regulações, característica do neoliberalismo, movimento que limita o poder da produção frente às manobras especulativas do mercado financeiro global.

Quanto às relações territoriais, percebe-se um fenômeno ímpar na história: o crescimento do poder local. As forças globalizantes constituíram-se um mecanismo de descolamento dos lugares dos seus contextos regionais, ligando os mesmos diretamente com as redes globais. Se em tempos passados o lugar só tinha capacidade de se expressar e se relacionar com o resto do mundo a partir da mediação da região, agora, através da compressão do espaço-tempo proporcionada pela expansão do que Milton Santos denomina de Meio Técnico-científico-informacional, o lugar emerge com poder, não necessariamente associado à centralidade da região (Santos, 1997 e 2000; Vainer, 2001).

Essa nova forma de compreender as relações entre o global, o regional e o local certamente promove potencialidades e riscos para as comunidades. Neste sentido utiliza-se aqui do termo "lugar" para designar os espaços de vida, ou seja, os limites territoriais que

demarcam, de forma genérica, a representatividade política e a construção da identidade dos grupos. Dadas essas características pode-se falar de lugares mais ou menos conectados as redes globais. Lugares mais ou menos recobertos pelo meio técnico-científico-informacional. Lugares mais ou menos alcançados pela expansão da lógica urbano-industrial nas relações de trabalho. Estar conectado promove ampliação dos acessos e multiplica as possibilidades, bem como enfraquece as proteções dadas pela mediação dos pequenos grupos regionais, o que insere variados riscos a reprodução social (Castells, 1996; Vainer, 2001; Haesbaert, 2004)

Neste sentido cabe questionar como as diferenças de conexão dos lugares com as redes globais possibilitam diferentes respostas as crises cíclicas do capitalismo. As conexões com os mercados globais, ao mesmo que tempo em que ampliam sobremaneira as opções de crescimento do capital, sempre oferecem o risco de serem abaladas pelas súbitas oscilações no sistema econômico. Os lugares, assim, podem experimentar aceleradas transições entre condições de pleno emprego e investimento a situações de crônico desemprego e desolação social, como resposta a algum tipo de medida econômica, queda em ações no mercado financeiro, falência de organizações, entre outros.

Não obstante as inegáveis vantagens associadas à modernização dos espaços locais, é fundamental empreender investigações que lancem luz sobre o quanto as relações capitalistas desiguais podem estar estabelecendo condições de dominação perversas entre as comunidades. As crises do capitalismo, na medida em que operam na reformulação e fortalecimento do sistema, podem, no nível local, apenas evidenciar as fragilidades das comunidades diante de sistemas de exploração dos recursos e da força de trabalho completamente indiferentes as mesmas (Santos, 2000).

Diante destas discussões, este trabalho realiza um estudo das conseqüências da recente crise do Capitalismo sobre o mercado de trabalho da rede de localidades de Minas Gerais. Pretende-se identificar quais são os lugares mais ou menos conectados as redes globais através das características do mercado de trabalho, e sobrepor essas informações a alguns indicadores que revelem o impacto desta recente crise sobre a sociedade mineira.

METODOLOGIA

A análise aqui proposta parte do pressuposto de que as diferentes vocações produtivas, assim como as diversas formas de conexão dos contextos locais e regionais, são

capazes de oferecer respostas diferenciadas a imposição de restrições dadas por fatores exógenos. Neste sentido, espera-se solidificar o caminho, a partir do estudo comparativo dos múltiplos contextos socioeconômicos existentes no estado de Minas Gerais, para propostas de superação das iniqüidades perpetuadas pelos processos cíclicos de reestruturação do Modo de Produção Capitalista.

A escolha do Estado de Minas Gerais como estudo de caso justifica-se diante das fortes conseqüências sofridas pelo setor mínero-metalúrgico desta região em decorrência da recente crise global. De fato, o setor industrial foi aquele que amargou os piores efeitos da depressão econômica, manifestados, em especial, pelo aumento das demissões. Ademais, no caso de Minas Gerais, a grande diversidade de condições econômicas possibilita construir um rico painel de comparações, evitando-se os problemas metodológicos existentes nas análises que se utilizam de todo o território nacional.

Para construir um mapeamento da hierarquia de lugares segundo o nível de conexão dos mesmos com os mercados globais definiu-se por confrontar informações do mercado de trabalho formal e informal. A economia formal no Brasil compreende todas organizações cuja existência é legalmente reconhecida e nas quais os trabalhadores são registrados e gozam dos benefícios das legislações trabalhistas. Esse conjunto de estabelecimentos, contudo, compreende apenas uma parte da economia nacional, já que uma série de atividades econômicas, especialmente dos setores primário e terciário, ocorre na informalidade.

O conflito entre setor formal e informal é fundamental para compreender a dinâmica de inserção do Brasil na economia capitalista. Segundo Santos (1979) as redes urbanas dos países subdesenvolvidos organizam-se a partir do estabelecimento de dois circuitos antagônicos e complementares. O primeiro deles é denominado de *circuito superior*, representado pelo setor formal da economia, cuja conexão com os mercados globais permite a uma parcela da população o acesso a bens e serviços disponíveis nas sociedades de economia desenvolvida. O *circuito superior* é representado, assim, pelas instituições financeiras, as empresas transnacionais, as grandes redes de comércio, entre outros.

O segundo é denominado de *circuito inferior* e compreende os estabelecimentos de pequeno porte e a parcela informal da economia. O acesso ao circuito inferior é facilitado à população em função dos menores preços praticados, muitas vezes, em função da redução de custos associada à informalidade, ou ilegalidade. A interação entre esses dois circuitos define

as "deformidades" da economia dos países subdesenvolvidos, marcadas pela complementaridade entre avanço e atraso na reprodução das grandes desigualdades sociais (Santos, 1979).

As características do mercado de trabalho, assim, serão utilizadas como indicativo do nível de conexão dos lugares com as redes globais. Para tanto foi construída uma tipologia dos 853 municípios de Minas Gerais, utilizada para classificar os mesmos segundo a hierarquia urbana. Essa metodologia, aplicada a realidade brasileira pelo geógrafo Pedro Pinchas Geiger (1957 e 1963), e apropriada dos estudos do sistema urbano francês conduzidos por Michel Rochefort (1961), considera o peso da população ocupada no setor terciário, frente à ocupação nos outros setores, como um indicativo da importância dos aglomerados urbanos no contexto regional, como explica Geiger:

> *"A relação entre a quantidade da população ativa do setor ternário e a quantidade total da população ativa será o primeiro elemento para a medição da importância de um centro urbano. A formula é 100t/(t+a), sendo t o setor ternário e a, a soma dos setores restantes da população ativa. O segundo elemento para a classificação das cidades consiste no valor absoluto de t, ou então, na relação t/T, onde T é a população ternária do território coberto pela rede em estudo"* (Geiger, 1957).

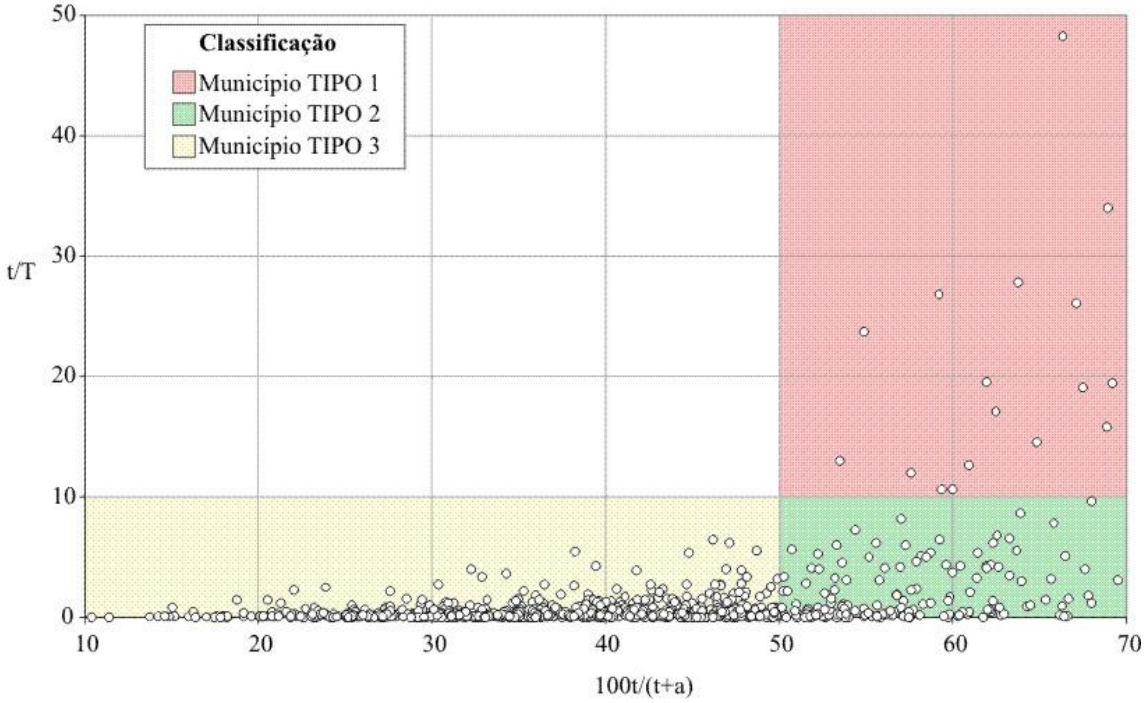
Espera-se que essa tipologia permita identificar as maiores concentrações de infra-estrutura urbana, cuja *proxi* será o peso da população ocupada nos setor terciário. Aplicada a metodologia, os municípios mineiros foram subdivididos em três tipos distintos, para os quais foram analisadas as movimentações no emprego do mercado formal de trabalho. Tendo em conta que o mercado formal encontra-se mais diretamente conectado as grandes estruturas do mercado capitalista parece interessante verificar como, em cada nível da hierarquia urbana, deram-se as respostas a onda de demissões provocada por esta crise econômica.

Os dados sobre movimentação do emprego (admissões e demissões) no mercado formal em 2008 e 2009 foram obtidos a partir do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho, disponíveis para cada mês do ano. A tipologia dos municípios, criada a partir da aplicação do método de Rochefort, foi elaborada com as informações do mercado de trabalho do Censo Demográfico do IBGE do ano 2000, que contém informações tanto do mercado formal como do informal. Espera-se que essas comparações ampliem a compreensão sobre as diferenças no impacto das crises cíclicas do capitalismo sobre os contextos locais, constituindo uma contribuição aos estudos do mercado de trabalho brasileiro e as suas relações com o sistema urbano.

RESULTADOS

O Gráfico 1 apresenta uma análise de dispersão dos municípios mineiros, construída a partir do cruzamento da proporção de ocupados no setor terciário para cada município (*100t(t+a)*) com a proporção dos ocupados no terciário de cada município em relação a Mesorregião Geográfica (*t/T*). A distribuição dos municípios no gráfico revela três padrões distintos com relação ao peso do setor terciário na economia local e regional. Tais padrões foram utilizados para descrever uma tipologia dos municípios mineiros segundo a hierarquia urbana.

Gráfico 1: Distribuição da população ocupada segundo setores de atividade – tipologia dos municípios mineiros segundo hierarquia urbana em 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Os tipos identificados podem ser assim descritos:

Municípios Tipo 1: Compreendem as 21 localidades com mais de 50% de ocupados no setor terciário, perfazendo mais de 10% dos ocupados no setor terciário de suas Mesorregiões. Estes são os centros de controle da rede urbana mineira, já que concentram a grande parte dos serviços urbanos do Estado. Tais localidades certamente encontram-se eficientemente conectadas aos mercados globais, abrigando unidades físicas de grandes corporações.

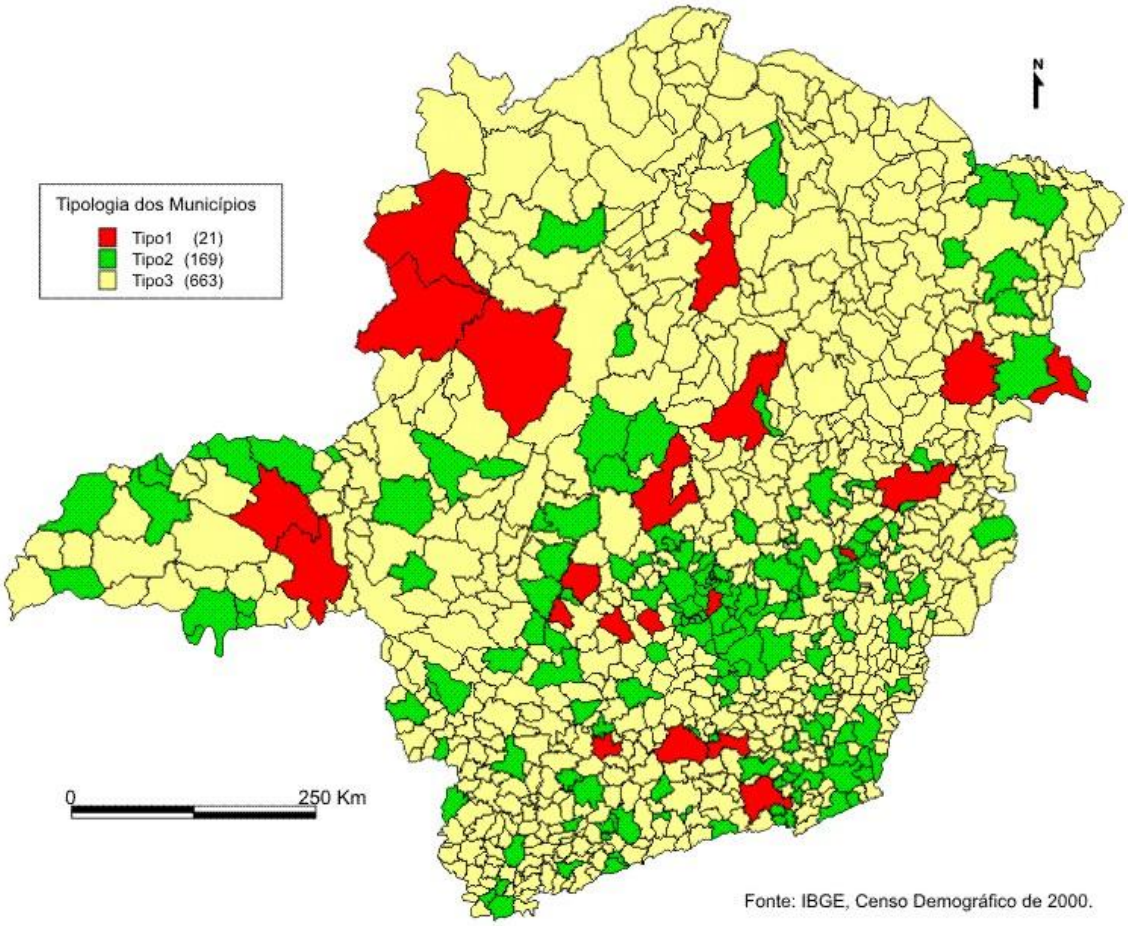
Municípios Tipo 2: São os municípios com mais de 50% de sua PEA ocupada no setor terciário, mas que respondem por menos de 10% do contingente terciário das suas

Mesorregiões. Estas 169 localidades configuram os centros urbanos de porte intermediário, com boa oferta de serviços urbanos. Contudo, a conexão dos mesmos com os mercados globais provavelmente se dá a partir dos centros de Tipo 1.

Municípios Tipo 3: Compreendem as 663 localidades restantes, que possuem menos da metade da sua população economicamente ativa ocupada no setor terciário. Em sua maioria são localidades de pequeno aporte demográfico e de vocação econômica agrícola. Configuram centros pouco conectados aos mercados globais, com provável predominância do *circuito inferior*.

O Mapa 1 apresenta a distribuição espacial da tipologia proposta. Pode-se perceber maior concentração dos centros de Tipo 1 e 2 nas Regiões Central, Sul, Zona da Mata e Triangulo, organização compatível com a distribuição já conhecida da rede urbana mineira.

Mapa 1: Tipologia dos Municípios Mineiros segundo hierarquia urbana – 2000



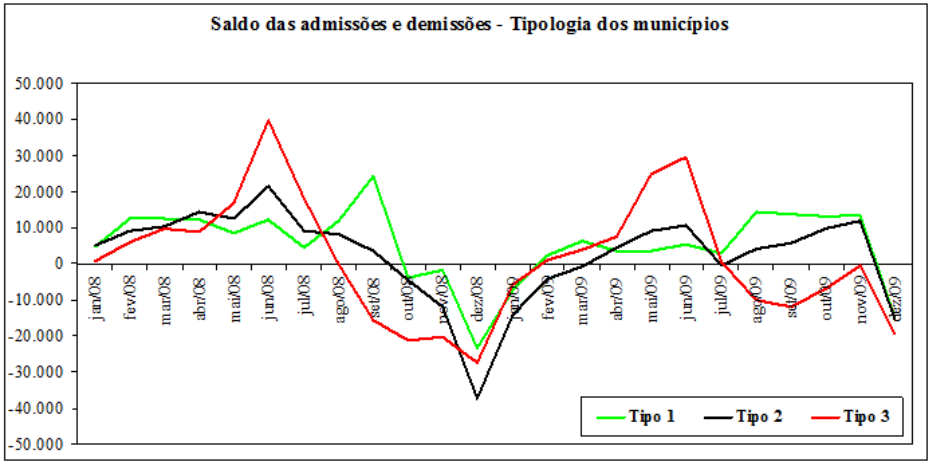
A partir desta tipologia e utilizando-se das informações do CAGED foi construída uma coleção de gráficos representando o saldo da movimentação do emprego no mercado formal de trabalho. O saldo consiste no resultado da subtração entre o número de admitidos e demitidos em cada mês. Tomando o saldo de todos os setores da economia subdivididos para cada tipo de município, percebe-se um padrão similar nas tendências ao longo dos dois anos em análise. Até meados de 2008 tem-se uma tendência a expansão das vagas no

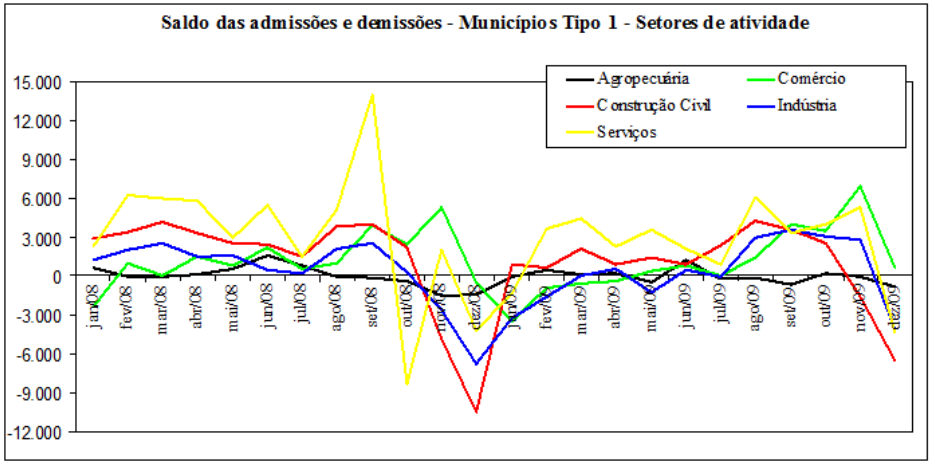
mercado formal, menos evidente no Tipo 1. A partir da segunda metade de 2008, contudo, os efeitos da crise são fortemente sentidos com a redução de postos de trabalho no mercado formal. Os municípios de Tipo 3 apresentam saldo negativo a partir de agosto, acompanhados pelos outros em outubro. O menor valor é registrado no mês de Dezembro, sendo seguido por uma recuperação, com saldos positivos a partir de fevereiro. Em 2009, enquanto os municípios de Tipo 1 e 2 sustentam valores positivos até novembro, o grupo do Tipo 3 apresenta forte oscilação, com os maiores valores positivos em Junho, seguidos por uma queda para saldos negativos até o restante do ano.

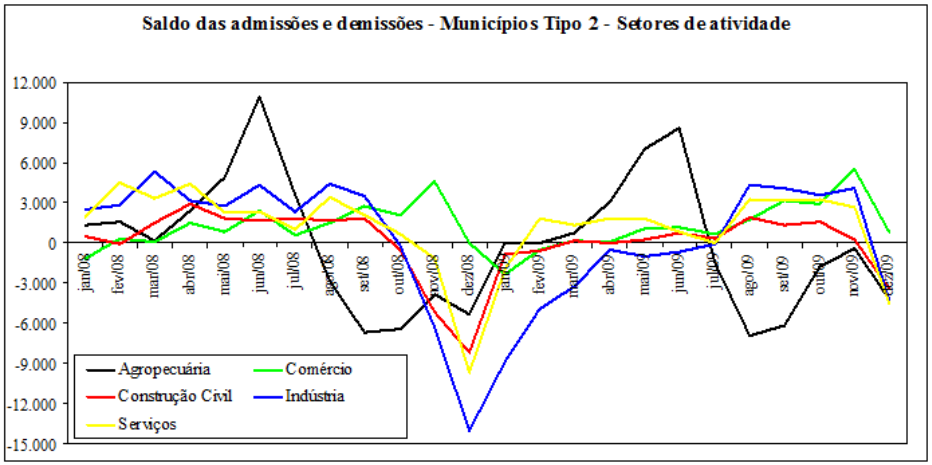
Os gráficos mostram que, a despeito de uma convergência no padrão geral, há diferenças marcantes entre os três tipos de localidades. Em função disto foram construídas análises para cada um dos três tipos de municípios, segregando o mercado de trabalho formal dos mesmos por setores de atividade. O gráfico dos municípios de Tipo 1 mostra que as maiores perdas ocorreram na *Construção Civil*, seguida pelo setor de *Serviços* e a *Indústria*. As taxas negativas se mantiveram entre Outubro de 2008 e Fevereiro de 2009 para a maioria dos setores. A recuperação das taxas negativas ocorreu de forma mais acelerada no setor de *Serviços* e de forma mais lenta na *Indústria*. Com melhor desempenho destaca-se o setor de *Serviços*, que consegue manter as maiores taxas durante o período.

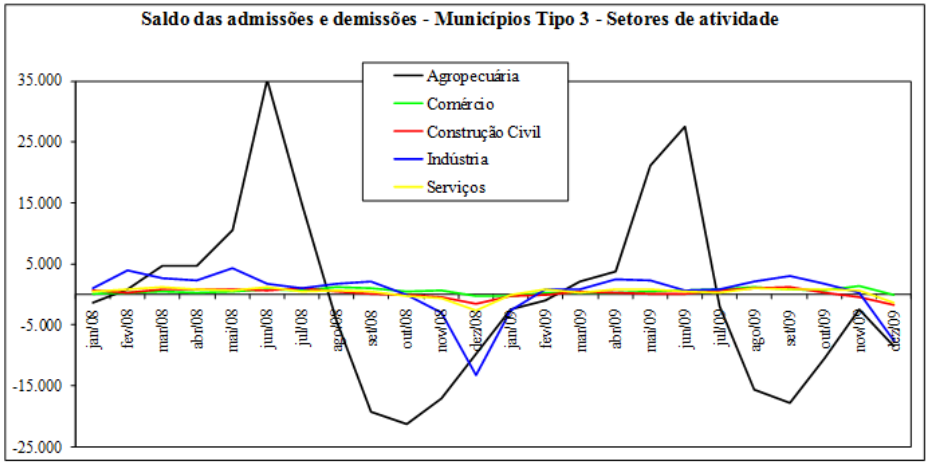
Entre os municípios de Tipo 2 notaram-se as maiores oscilações na movimentação do emprego. O setor de pior desempenho foi a *Indústria*, que apresenta saldo negativo a partir de Outubro de 2008, mantendo a redução dos postos de trabalho até Agosto de 2009. *Construção Civil* e *Serviços* também apresentaram reflexos da crise econômica e o setor de *Comércio* foi o que manteve taxas mais estáveis durante todo o período. Quanto aos municípios de Tipo 3 nota-se um padrão mais estável em relação a todos os setores, a exceção da *Agricultura*, que, a partir da comparação com o Tipo 2, sugere um comportamento cíclico na contratação de empregados no setor formal, independemente da emergência e uma crise. Não obstante, percebe-se que os valores de saldo negativo no final de 2008 e a recuperação dos saldos positivos em meados de 2009 parecem ter sofrido impactos negativos da crise econômica.

Figura 1: Saldo das admissões e demissões em 2008 e 2009 segundo tipologia dos municípios mineiros e setores de atividade econômica









Fonte: Ministério do Trabalho. CAGED, Jan 2008 a Dez 2009.

Fonte: Ministério do Trabalho. CAGED, Jan 2008 a Dez 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise comparativa dos impactos da crise econômica sobre o mercado de trabalho formal da rede urbana mineira demonstrou que em todos os municípios, guardadas as devidas particularidades setoriais, foram sentidos impactos na forma de redução dos postos de trabalho. Contudo, as informações deixaram claro que os municípios de Tipo 2 foram os mais afetados pela recessão econômica, comprometendo severamente a ampliação das vagas na Indústria e Serviços. Neste sentido, justificam-se maiores incursões para o conhecimento de tais efeitos, a fim de descobrir se é coerente considerar como positivo o pequeno impacto nos municípios de Tipo 3, dadas as menores conexões externas, além dos significados dos efeitos menos perversos nos municípios de Tipo 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra. 1996.
GEIGER, Pedro P. Exemplos de hierarquia de cidades no Brasil. *Boletim Carioca de Geografia*. Rio de Janeiro, n.3-4, v.10, p.5-17. 1957.
GEIGER, Pedro Pinchas. *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: Rio de Janeiro, 1963.
GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. Editora Unesp, São Paulo. 1991.
HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*; do fim dos territórios a multiterritorilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.
HISSA, Cassio E. V. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002.
HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
LEFEBVRE, Henri. Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002..
MONTE-MÓR, R.L.M. *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental.* Território: Globalização e Fragmentação. São Paulo: ANPUR/Hucitec. 1994.p.169-181.
ROCHEFORT, Michel. Métodos de estudos de Redes Urbanas. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, v.19, n.160, 1961. p.3-18.
SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Editora Hucitec. 2º Ed. 1997.
SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Livraria Francisco Alves Editora. 1979.
SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Do pensamento único à consciência universal. 3a ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
VAINER, Carlos B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local. In: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Rio de Janeiro, ANPUR, 2001, Vol. I, p.140-152.